

Gritos insurgentes em carne viva e hashtag: *#Parem de nos matar!* e o escrever contra o genocídio do negro brasileiro

Shouting out loud on deep flesh wounds and hashtag: *#Parem de nos matar!* and the writing against the genocide of Afro-Brazilian population

Jânderson Albino Coswosk¹

RESUMO

O ensaio percebe algumas crônicas do livro *#Parem de nos matar!*, de Cidinha da Silva, como textos-denúncia do genocídio do negro no Brasil contemporâneo. Evidencia-se de que maneira as crônicas encenam o estabelecimento de uma necropolítica em torno do corpo negro e de que modo ocorre o seu aniquilamento físico e simbólico. O ensaio também exhibe a construção de uma “poética de vida” nas crônicas, capaz de criar espaços ficcionais de resistência da população afro-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Genocídio do negro brasileiro; Necropolítica; Corpo negro e racismo.

ABSTRACT

Cidinha da Silva's *#Parem de nos matar!* translates, in its chronicles, the genocide of Afro-Brazilian population in contemporary times. Thus, we call the reader's attention to the way her chronicles establish a necropolitics on the black body and how its physical and symbolic annihilation occurs. In addition, we also present the construction of a “poetics of life” within *#Parem de nos matar!*, by creating fictional spaces of resistance concerning Afro-Brazilian population.

KEYWORDS: Genocide of the Afro-Brazilian population; Necropolitics; Black body and racism.

¹ Doutorando em Literaturas de Língua Inglesa, com pesquisa voltada para a obra do escritor e ativista afro-americano James Baldwin e suas interlocuções contemporâneas.

“Pai, afasta de mim este cálice de vinho tinto de sangue!”

Cálice, Gilberto Gil e Chico Buarque

Iniciar o ensaio em tela com essa imagem da canção *Cálice*, tão presente em nossa memória coletiva, tal como fez Cidinha da Silva em seu livro de crônicas *#Parem de nos matar!*, requer muito mais do que a evocação de uma canção de resistência – o valor anacrônico da imagem que o trecho revela aos nossos dias exhibe o tom urgente com que a escritora traz à tona em sua literatura as mais diversas formas de extermínio da população negra no Brasil contemporâneo. Lançado em 2016 pela editora Ijumaá, *#Parem de nos matar!* é um grito que produz ecos ensurdecadores (FERREIRA, 2017), à medida que a estética literária de Cidinha da Silva toma como ponto de partida a campanha *Reaja ou será morto! Reaja ou será morta!*,

que uma década antes de Beyoncé insurgir-se [com o lema *Stop shooting US!*], contra as mortes de negros estadunidenses pela polícia e [em apoio ao *#BlackLivesMatter*], [homens e mulheres] do *Reaja* colocaram a cara [...] na mira de escopetas, fuzis e viaturas da Rondesp e gritaram, cheios de coragem, desejo de viver e compromisso de não esquecer [seus] mortos (SILVA, 2016a, p. 5).

Ao longo de suas 72 crônicas, *#Parem de nos matar!* é testemunha de acusação do genocídio contemporâneo da população negra. É memória viva em transformação que se vale da crônica como suporte” (SILVA, 2016b, p. 1). Em forma de *hashtag*, o título do livro possui crônicas que se propagam como relatos quase que em tweets, de modo a apresentar ao leitor, em doses homeopáticas, a violência física e simbólica acometida à população negra em território brasileiro.

Cidinha da Silva é um dos grandes expoentes da literatura afro-brasileira contemporânea, bem como da crítica em torno desta produção literária e de textos

críticos relacionados à temática racial e de gênero. Através de suas “pílulas de letramento racial” (SILVA, 2014, p. 1), modo como ela mesma define sua escrita, Cidinha se percebe “como escritora negra que não pode se furtar de continuar escrevendo sobre racismo, branquitude e privilégios raciais, pelo menos até que esse estado de coisas mude de maneira substantiva” (SILVA, 2014, p. 1). Ao dissecar o racismo e expor as redes pelas quais ele se estrutura, *#Parem de nos matar!* exhibe crônicas que tangenciam temas ligados ao extermínio da população afro-brasileira, às conexões diaspóricas entre Brasil, Nigéria e Estados Unidos, à resistência das mulheres negras, à homofobia, ao racismo na mídia e no futebol, além da violência direcionada a pessoas e instituições ligadas a religiões de matrizes africanas (FERREIRA, 2017). Por trás das crônicas de Cidinha se escondem inúmeras camadas de histórias que tecem um panorama do racismo no Brasil, cujo cerne reside em seu tema maior: o estabelecimento do genocídio do negro brasileiro.

Na sua dimensão física, o vocábulo “genocídio” foi apropriado e reelaborado por Abdias do Nascimento (2016) para pensar os modos em que este se tornou prática e sinônimo de carnificina no Brasil-colônia até o final do século XX. O genocídio, enquanto conceito e prática, é terrível demais, conforme nos esclarecem Florestan Fernandes (2016, p. 19) e Wole Soyinka (2016, p. 24) – a palavra “genocídio” choca demais a hipocrisia conservadora. “Da escravidão”, conclui Fernandes (2016, p. 19), “no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”.

De mãos dadas às reflexões de Florestan Fernandes, Abdias do Nascimento (2016) destaca que a institucionalização do genocídio do negro brasileiro foi instaurada desde o pós-abolição, com os então denominados “africanos livres”, utilizados como soldados tanto na guerra de expulsão dos holandeses em Pernambuco, no século XVII, como na Guerra do Paraguai, entre 1865 a 1870 (NASCIMENTO, 2016, p. 80). Tal fato ainda teve sua narrativa atrelada a uma justificativa colonial de integração compulsória entre africanos, europeus e

indígenas em solo brasileiro, o que contribuiu, também, para a difusão posterior da falaciosa “democracia racial” no Brasil. Conforme Abdias (2016, p. 83), o desdobramento desse genocídio se daria a partir da política de branqueamento, onde a miscigenação se tornaria um álibi, até que essa máquina de morte atingisse suas formas contemporâneas através das imposições de controle sobre o corpo colocadas pelo Estado.

Isto nos transporta diretamente para o diálogo estabelecido entre as crônicas nas quais nomes e locais contemporâneos de nosso país ecoam pelas letras de Cidinha da Silva e são apontados como uma fabricação de necroespaços. Como que em lápides, os nomes daqueles que compõem o quadro estatístico de morte do negro brasileiro rasgam as linhas das crônicas e demarcam território.

Quando a palavra seca traz em poucas linhas o nome de Cláudia da Silva Ferreira e a viatura policial que a arrastou pelas ruas da Zona Norte do Rio de Janeiro. O que para muitos poderia ser “apenas mais um corpo negro, [...] arrastado sob o olhar desracializado das pessoas comuns que pagam impostos, gozam da segurança particular e passaporte constitucional para transitar pelas ruas de favelas e bairros ricos com liberdade” (SILVA, 2016a, p. 159), para a escritora, que se coloca como porta-voz de toda uma população à deriva da morte, “tudo perde o sentido. A vida perde a poesia” (SILVA, 2016a, p. 159).

Em uma tríade de textos, a escritora rememora os sons das balas cravadas nos corpos dos 12 do Cabula, em Salvador (SILVA, 2016a, p. 31-33), que se multiplicaram em 111 tiros nos meninos do Morro do Lagartixa, em Costa Barros, Zona Norte do Rio de Janeiro (SILVA, 2016a, p. 34-36). *Desde dentro* é a crônica que recorta espaços baianos e cariocas e os cola, em proximidade que assusta, por revelar que ambos os números das vítimas e das balas que ceifaram esses corpos são números cabalísticos na “roleta da morte”, quando comparados aos 111 homens mortos pela polícia dentro do presídio do Carandiru (SILVA, 2016a, p. 38).

Aproximações físicas e virtuais parecem emergir do solo paulista, quando Cidinha da Silva traz à tona os gritos provocados pela execução de Kaíke Augusto,

jovem negro e gay torturado e morto nas ruas da grande São Paulo. *Me deixa em paz! Eu não aguento mais!*, grito-título da crônica que passeia pelo desespero vivido pelo rapaz antes de falecer, retira das tintas dos jornais as evidências, os nomes daqueles que compõem o quadro estatístico de morte de homossexuais negros no Brasil contemporâneo. Na tentativa de evidenciar nomes e locais onde vivem e morrem essas pessoas, a autora advoga que,

[...] com o advento das redes sociais, vemos os rostos dos mortos, presenciamos sua agonia, e mais e mais compreendemos a estratégia dos que tentam omitir essas mortes, como fazem com os corpos negros recolhidos pelos camburões e depositados nas gavetas do IML, à espera de reconhecimento (SILVA, 2016a, p. 149).

Ao tomarmos como ponto de partida a crônica *Quando a palavra seca*, por exemplo, percebemos que Cidinha da Silva confere ao “genocídio negro” uma dimensão literária a partir de necrometáforas ou metáforas de morte:

A morte de Cláudia da Silva Ferreira, baleada e arrastada por um carro de polícia, movimentou as águas primevas da lagoa de Nanã que habita todas as mulheres negras. Águas que irrigam a terra e formarão o barro que iniciará a vida dos seres. Águas paradas, aparentemente, mas plenas de mistérios e convulsões (SILVA, 2016a, p. 158).

Essas imagens são geradas na tessitura da crônica de maneira muito discreta, pois a constituição desse texto se dá em parágrafos e períodos bastante curtos, mas que deslocam o leitor do lugar comum em direção a uma leitura mais aprofundada da realidade da população afro-brasileira. O nome próprio da mulher “baleada e arrastada por um carro de polícia” torna-se metonímia de homens e mulheres que tiveram seus corpos acometidos por esses atos de violência brutal, engendrados pela mão do Estado. Ao evidenciar o nome de Cláudia, como o fez também com Kaíke Augusto, a autora rema em sentido contrário ao que usualmente se percebe no arcabouço canônico da literatura brasileira, sempre que



personagens negros estão em evidência. Tais personagens, quando não reduzidos ao peso da escravidão ou, quando não destituídos de nome, não têm sua vida interior explorada.

Na aproximação do nome próprio ao elemento “água”, enquanto pilar gerador da vida, e de Nanã, orixá das chuvas e senhora da morte, Cidinha da Silva abre um espaço para a discussão sobre as necrometáforas que povoam suas crônicas, mas em um sentido mais aberto: ao mesmo tempo que exibem a morte nua e crua em prosa poética, suas crônicas abrem a possibilidade de pensarmos, a partir da própria morte, a sua contraparte, “o barro que iniciará a vida dos seres”: uma “poética de vida”. Paralelas à “gente [que] míngua e [a]o texto que seca” (SILVA, 2016a, p. 159), “as águas pretas, na forma de pequenos igarapés” (SILVA, 2016a, p. 158) tomam as ruas em sua própria dualidade, desigualdade e diferença: de um lado, uma massa insurgente de mulheres portando “canetas, teclados, microfones, pincéis, panfletos, câmeras, tambores”; de outro, “as que estão na retaguarda, a lavar, passar, cozinhar, coser, cuidar e cuidar” (SILVA, 2016a, p. 158). A reação aqui expressa pela escritora em *Quando a palavra seca* é a base dessa “poética de vida”, imagem potente das vidas negras que, através do fazer literário de Cidinha da Silva, escapam ao aprisionamento de seus corpos na frieza das notícias dos jornais, na sua total negação e destruição.

Distante de uma leitura pactuada apenas nos signos que já reconhecemos previamente a partir do bombardeio midiático diário (a imposição da força policial aos corpos negros, a violência nos espaços periféricos e o confronto entre tais forças), o leitor se coloca diante dessas mesmas imagens na crônica em evidência, mas na condição de alguém que é levado à reflexão sobre a resistência às práticas de extermínio da mulher negra, pois tais necrometáforas desestabilizam o imaginário anteriormente moldado pelos meios de comunicação hegemônicos, alimentados “[...] de grandes quantitativos de corpos desvalidos a noticiar” (SILVA, 2016a, p. 20). Essas metáforas deixam claro que

o objetivo final era intimidar os negros insurgentes que tinham pelo menos uma noção vaga de direitos, os cotistas das universidades públicas, artistas, estudantes matriculados e uniformizados, aspirantes a profissionais vitoriosos, todas as pessoas portadoras de identidade negra em expansão (SILVA, 2016a, p. 22).

A desestabilização do cotidiano através da linguagem em *Quando a palavra seca* não só se caracteriza pela carga imagética de seus parágrafos, estruturados em um tom poético, mas pelo fato desse texto transitar, sem hierarquizações, pela objetividade do texto jornalístico (que precisa informar uma notícia) e pela subjetividade da escritora, aliada ao traço da ficção. Na hibridez entre a transmissão da notícia a partir de uma escrita ficcional, própria da crônica, a escritora conduz o leitor comum a uma leitura mais estetizante da realidade que o cerca, que ultrapassa o olhar etnográfico dos dados colhidos em pesquisas censitárias. O leitor é convidado, junto à escritora, a “exuzilhar”², a buscar nos saberes ancestrais formas alternativas de ler as crônicas de *#Parem de nos matar!* que ultrapassem as metáforas da morte.

Ao assumir uma forma literária “impura”, *Quando a palavra seca* permite o estabelecimento de um pacto entre escritor e leitor, que o coloca para além de uma mera testemunha. A fim de distanciar o leitor das necrometáforas e seus subtextos (a metáfora do “linchamento” (SILVA, 2016a, p. 21), da “tortura” (SILVA, 2016a, p. 23) e da “execução sumária” (SILVA, 2016a, p. 30)) e de levá-lo a ler as crônicas com maior profundidade, o tom poético de Cidinha da Silva enlaça o leitor de modo que ele não consegue escapar do texto e de desenvolver modos de combate às figuras que enclausuram suas leituras na vitimização, no estereótipo e no racismo.

² “Exuzilhar” é um neologismo também utilizado por Cidinha da Silva em seu primeiro livro de contos, *Um Exu em Nova York* (Pallas, 2018). A autora cria a palavra em 2010, mas decide dela se apropriar e conjugá-la em seus contos a fim de colocar em prática “Exu e seus saberes, seus modos de movimentar o mundo” (SILVA, 2019). Ver mais sobre em <https://tribunademinas.com.br/blogs/sala-de-leitura/14-05-2019/cidinha-da-silva-sou-uma-escritora-que-tem-posicao-politica-sobre-as-coisas-e-sobre-o-mundo.html>. Acesso em 23/07/2019.



À medida que avançamos nossa discussão a partir das crônicas de *#Parem de nos matar!*, percebemos que, ao contrário do que pensavam Fernandes (2016) e Soyinka (2016) a respeito do choque causado pela palavra “genocídio”, as crônicas nos sugerem que, na contemporaneidade brasileira, a normalização da destruição do corpo negro através da ação policial ceifa muito mais do que as vidas negras apontadas pelas estatísticas: ela dissolve sua humanidade a tal ponto que naturaliza seu aniquilamento.

A regulação de quais corpos devem ser exterminados e quais podem gozar do privilégio da vida é designada por Achille Mbembe (2003) como *necropolítica*. O racismo, enquanto narrativa, expõe a relação entre a soberania do Estado-nação e o biopoder, o direito à posse sobre o corpo, sobre a vida e a morte, dividindo as pessoas em dois grupos: aquelas que devem viver e aquelas que devem morrer. Há a ideia de um poder supremo que legitima a violência. A soberania, nesse caso, é entendida como o direito de matar, tendo o estado de exceção e de sítio como bases normativas do necropoder.

Paralelo às políticas de regulação da vida (os cortes drásticos no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia, a redução orçamentária de programas sociais, tais como o Bolsa Família, Estratégia de Saúde da Família), o racismo é a legitimação de quem pode morrer, ou, nas palavras de Mbembe (2003), ele é a própria aceitabilidade de tirar a vida, assegurando no Estado moderno o poder de matar - expor à morte, deixar morrer, fazer morrer. É o racismo quem capacita o Estado-nação a tornar a desigualdade e a morte em cascata de homens, mulheres e crianças negras suportável. A gerência da vida é elaborada como uma necessidade da produção do capital e do Outro enquanto um inimigo a ser aniquilado. Tudo passa pela dimensão do corpo – ele é distintivo! A naturalização e aceitabilidade do extermínio sob o amparo da necropolítica pode ser vista sem “eufemismos raciais”, como diria Abdias, através do Atlas da Violência 2018:

A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de

segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil” (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018, p. 41).

De modo análogo e com os olhos voltados às crônicas aqui expostas, Sueli Carneiro (2016, p. 15) esclarece que

[...] a polícia [...] é o braço armado do Estado, autorizado a matar, a exterminar jovens negros e pobres. Quilombolas e indígenas. Moradores de favelas, periferias, palafitas, alagados e todos os demais quartos de despejo do Brasil [...].

Aos negros, principalmente à juventude negra, os “quartos de despejo”, antes da morte, são, nas crônicas de Cidinha, o “microespaço do medo” (SILVA, 2016a, p. 21), do terror, pois “ela já conhecia as assimetrias brasileiras o suficiente para saber quem pode se sentir protegido e quem é o suspeito preferencial na escala cromática do [necropoder]” (SILVA, 2016a, p. 25).

A pergunta publicada, lida e ouvida tantas vezes por nós brasileiros, nos últimos 16 meses, insiste em ser refeita: “Quantos de nós ainda devem morrer até que essa guerra acabe?” (FRANCO, 2018). A circulação de jovens negros pelos shoppings e praias em rolezinhos, encenados na crônica *Política de confinamento versus direito à cidade* (SILVA, 2016a, p. 27-29), exhibe a demarcação de fronteiras e o espaço reservado ao corpo negro na sociedade brasileira – um espaço de amputação e também de morte simbólica do negro. *O recado dos linchamentos*, crônica-panfleto, não deixa dúvidas: “qualquer motivo, qualquer suspeita, qualquer vacilo diante das regras do *establishment* justificava a eliminação física do [corpo negro, sempre alvo e suspeito]” (SILVA, 2016a, p. 22).

O choque desses encontros em massa de jovens negros – os rolezinhos, com a segurança dos shoppings e com a presença da polícia nas praias e nas ruas, implica em destacar a limitação da circularidade de determinados corpos pelos



espaços públicos e privados por fugirem à norma social imposta. Seja por fatores de classe, raça e gênero, esses corpos são invisibilizados através de uma política corpórea elaborada pelo que Abdias do Nascimento (2016, p. 94) chama de “embranquecimento cultural como forma de genocídio”, isto é, o controle do trânsito dessas pessoas, dos meios de comunicação de massa e dos aparatos literários se dá pelas classes dominantes. Daí deriva a morte simbólica do negro.

Sem se prender às amarras do “genocídio negro” e nas suas necrometáforas, Cidinha da Silva também exhibe o protagonismo afro-brasileiro no carnaval e em imagens televisivas nas crônicas *Mr. Brau e Michelle, o casal odara* (SILVA, 2016, p. 67-71), no verbo “exuzilhar”, em *A menina dos olhos de Oyá exuzilhou o racismo religioso na avenida* (SILVA, 2016a, p. 224-227), ou na crônica-poema *A capa do mundo é nossa*, ao retratar a beleza da mulher negra “esculpida em ouro por Oxum” (SILVA, 2016a, p. 221); *Luiza Bairros e o vendilhão do tempo* (SILVA, 2016a, p. 44-52), *Marcha das Mulheres Negras 2015* (SILVA, 2016a, p. 56-59) e *A vitória dos garis no Rio de Janeiro* (SILVA, 2016a, p. 214) evidenciam a força e vitalidade de homens e mulheres afro-brasileiros na luta diária contra as mais variadas formas de violência, além de sua emancipação na vida profissional; em *Quem tem medo da universidade negra?* (SILVA, 2016a, p. 175-178), a escritora põe em questão o valor e o papel das cotas nas universidades para a diminuição da desigualdade; em *Liniker, uma artista em trânsito* (SILVA, 2016a, p. 235-238), imagens de protagonismo gay e negro extrapolam as palavras. A tentativa de silenciar e deixar às margens do imaginário cultural o legado afro-brasileiro na constituição da História deste país, bem como o apagamento da presença de homens e mulheres negros na mídia, a hiperssexualização do corpo negro e os estereótipos vinculados a ele através do racismo e do machismo, via televisão e redes sociais, são aspectos considerados e combatidos nas crônicas *Naquele dia a tela do Jornal Nacional ficou negra* (SILVA, 2016a, p. 84-87) e *A Globo e o Racismo* (SILVA, 2016a, p. 88-90).

Ecossistemas de *#Parem de nos matar!* encontram suas ressonâncias na recusa diária ao racismo, no reconhecimento de homens e mulheres afrodescendentes,

como Maria Firmina dos Reis, Lima Barreto, Cuti, Abdias do Nascimento, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, entre tantos outros, como representantes das vivas e ricas letras afro-constituintes da nossa História social e literária, durante muito tempo negada; a pujante efervescência literária negra Brasil afora, incluindo, aí, o lançamento na Flip 2018 da coletânea *Um girassol nos seus cabelos – poemas para Marielle Franco*, entre tantos outros ruídos e rasuras que este grito consegue provocar.

É em uma “poética de vida” que a cronista encontra refúgio e a possibilidade de nos instigar a conceder

menos ênfase à desmistificação da democracia racial, para [começarmos] a cuidar do problema real, que vem a ser um genocídio insidioso, que se processa [...] sob a completa insensibilidade das forças políticas (FERNANDES, 2016, p. 20).

Ao afirmar essa “poética de vida”, Cidinha da Silva constrói geografias afetivas onde o corpo negro se liberta dos mapas e atlas de violência e dos espaços de produção da morte.

Que todas as Marielles, Terezas de Benguela, Cláudias, Rafaéis, Marcus Vinicius e tantos outros adolescentes negros mortos, trajando uniformes escolares, sejam lembrados, mas que sejam sinônimos de resistência, de quilombo, de vida para as nossas vozes, que não se calarão mais, não mesmo!

Referências bibliográficas

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, [1978] 2016, p. 19-22.



FERREIRA, Luís Carlos. Livro *#Parem de nos matar!* evidencia genocídio da população negra. *Revista Fórum*. Porto Alegre, 6 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/livro-parem-de-nos-matar-evidencia-genocidio-da-populacao-negra/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FRANCO, Marielle . “Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”. 13 de março de 2018, 11h38min. *Tweet de @mariellefranco*. Disponível em: <<https://twitter.com/mariellefranco/status/973568966-40373145-6>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

LOURES, Marisa. Cidinha da Silva: “Sou uma escritora que tem posição política sobre as coisas e sobre o mundo”. *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/blogs/sala-de-leitura/14-05-2019/cidinha-da-silva-sou-uma-escritora-que-tem-posicao-politica-sobre-as-coisas-e-sobre-o-mundo.html>>. Acesso em: 23/07/2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, [1978] 2016.

SILVA, Cidinha da. *Letramento racial – Pílula 1*. Geledés, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/letramento-racial-pilula-1/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. *#Parem de nos matar!*. São Paulo: Ijumaa, 2016a.

_____. “#Parem de nos matar” tem lançamento em Salvador na terça-feira (06). *Correio Nagô*, Salvador-BA, 2016b. Entrevista concedida ao Correio Nagô. Disponível em: <<https://correionago.com.br/portal/livro-parem-de-nos-matar-tem-lancamento-em-salvador-na-terca-feira-06/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SOYINKA, Wole. Prefácio à edição nigeriana. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, [1978] 2016, p. 23-24.

Recebido em 31/03/2019

Aceito em 25/07/2019